O SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NOS TEMPOS DO ORNITORRINCO

Carlos Alberto Bello[1]

Resumo

O artigo discute as perspectivas de superação do subdesenvolvimento brasileiro. Partindo do pensamento de Francisco de Oliveira, analisa como as mudanças na base econômica e na dinâmica política se influenciam mutuamente desde 1930. Ao contrário do ocorrido no início dos anos 60, as transformações mais recentes apontam no sentido oposto à superação do subdesenvolvimento, pois elas promoveram um grande enfraquecimento dos trabalhadores e da burguesia nacional, os grupos sociais mais interessados nas políticas de desenvolvimento.

Palavras chave: Subdesenvolvimento; Economia Brasileira; Política de Desenvolvimento.

Abstract

The article discusses the prospects of surpassing Brazilian's underdevelopment. Departing from Francisco de Oliveira's thought, it analyzes how the shifts on economics basis and political dynamics influence one another since 1930. Unlike what happened in the early 60's, recent changes point against the surpass of underdevelopment, because they promoted a great weakness of workers and national bourgeoisie, the social groups most interested in development policies.

Key words: Underdevelopment; Brazilian's Economy; Development policy.

Introdução

Avaliando o quadro atual do subdesenvolvimento brasileiro, Francisco de Oliveira conclui seu ensaio de forma contundente:

> O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. (OLIVEIRA, 2003b:150).

Teria sido ele pessimista demais? Este artigo busca discutir essa avaliação a partir da especificidade do pensamento de Oliveira, contida em diversas obras voltadas à economia e à política brasileiras, interpretando-a e avançando contribuições quanto à perspectiva de que o ornitorrinco possa significar a virtual impossibilidade de superação do subdesenvolvimento no Brasil, discussão central do ensaio citado acima.

Embora Oliveira não tenha discorrido detidamente sobre o conceito de subdesenvolvimento, duas acepções podem ser percebidas no citado ensaio. A primeira remete ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, como exposto no trecho abaixo:

> Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, *impediu-a precisamente de "evoluir" para estágios superiores da acumulação capitalista*; vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização. (OLIVEIRA, 2003b: 126, grifo nosso).

A segunda acepção chama a atenção para a existência de um certo desenvolvimento das forças produtivas, porém com a preservação de características de subdesenvolvimento sócio-econômico, como se pode observar no trecho abaixo:

> "Ao rejeitar o dualismo cepalino, acentuava-se que o específico *da revolução produtiva sem revolução burguesa* era o caráter "produtivo" do atraso como condômino da expansão capitalista." (OLIVEIRA, 2003b :131, grifo nosso).

O artigo discutirá a questão do desenvolvimento a partir do conceito definido nessa segunda acepção, uma vez que busca analisar as relações entre economia e política, ou seja, como as ações dos segmentos sociais influenciam a economia e, na direção oposta, como as mudanças na economia influem sobre o poder e as ações daqueles segmentos.

Oliveira avaliou que houve virtualidade de superação do subdesenvolvimento no início dos anos 60, salientando como processos fundamentais o crescimento da organização dos trabalhadores e o avanço da luta pela reforma agrária. No entanto, eles teriam sido insuficientes para romper o subdesenvolvimento, uma vez que a burguesia nacional não compartilhou do que Oliveira chamou de projeto emancipador, ou seja, do objetivo de liquidar a alta exploração propiciada pelo custo rebaixado da força de trabalho, salientando que a reforma agrária liquidaria com a formação do amplo exército de reserva e com o poder patrimonialista (OLIVEIRA, 2003b: 131-32).

Como a caracterização do ornitorrinco se refere aos dias atuais, parece auspiciosa a tentativa de analisar de maneira comparativa a atual situação sócio-econômica e política frente ao quadro vigente no início dos anos 60, já que se trata de dois

[1] Doutor em Sociologia pela USP, pesquisador do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania) da FFLCH/USP e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – Ciências Sociais (campus Guarulhos).

momentos fortemente contrastantes quanto às perspectivas de superação do subdesenvolvimento, permitindo ainda uma discussão mais acurada sobre os processos que teriam constituído o ornitorrinco.

1. O período 1930-64 e a virtualidade da superação do subdesenvolvimento

Oliveira contribuiu de maneira inovadora para a análise deste período por ter argumentado que o avanço do setor moderno (indústria) se nutriu de suas relações com os setores atrasados (agricultura de subsistência e informal urbano). No entanto, no ensaio *O ornitorrinco* ele mesmo ressalta outra contribuição fundamental: a política como elemento estruturante da articulação das formas econômicas subdesenvolvidas (Oliveira, 2003b:128). Embora a crise mundial abalasse fortemente nossa economia dominada pelos setores agrário-exportadores, abrindo assim a perspectiva de buscar a alternativa do crescimento do mercado interno, foi a mudança na correlação de forças entre as classes sociais a partir de 1930 que possibilitou que a industrialização surgisse como projeto de dominação, às custas do domínio anterior da burguesia cafeeira.

Diversas transformações viabilizaram uma rápida industrialização no Brasil, no sentido do desenvolvimento das forças produtivas, tais como a criação da CLT, a transferência de excedentes dos setores agroexportadores para a indústria, a expansão da infra-estrutura e das empresas estatais e a articulação entre a entrada de capitais estrangeiros e a expansão das empresas privadas nacionais. Tais mudanças só foram possíveis devido à autonomização fiscal e monetária, o que Oliveira (1995) discutiu a partir de Keynes e Aglietta, dizendo que a moeda nacional passou a ser concebida como uma relação entre ativos e passivos cuja medida cabia ao Estado, que podia expandir os gastos públicos e financiá-los de diversas formas, sem necessariamente provocar inflação.

> *"... as intensas transformações sócio-econômicas promoveram o grande crescimento da classe operária e das classes médias urbanas..."*

Como Oliveira (2003a, II)[2] discutiu de forma inovadora, a criação da CLT resultou na estruturação do mercado de trabalho no Brasil, ao estipular padrões salariais que viabilizaram o cálculo empresarial e ao fomentar a formação de um amplo exército industrial de reserva. A autonomização fiscal e monetária do Estado foi direcionada não só para a expansão industrial interna como também para a criação e o crescimento das formas monopolistas do capital, ao viabilizar a expansão das empresas estatais e a entrada das empresas multinacionais. Cabe frisar que o quadro estrutural existente entre 1930 e 1945 – a base capitalista relativamente pobre e a falta de perspectivas de restaurar um modo de acumulação vinculado à divisão internacional do trabalho – acarretou que a industrialização necessitasse de uma ativa promoção estatal que resultasse em expressiva transferência de renda dos agroexportadores para a burguesia industrial. Esta transferência foi viabilizada pelo apoio popular obtido através do pacto populista o qual, em contrapartida, excluiu o mundo rural da CLT, permitindo a reprodução das formas de trabalho que possibilitaram a continuidade dos latifúndios e das oligarquias rurais.

A expansão das empresas estatais e multinacionais, aliada ao crescimento das diversas instâncias do Estado, permitiu o incremento das classes médias, segmento social fundamental para a gestão das complexas organizações públicas e privadas que caracterizam o capitalismo monopolista. Esta modernização social implica também o aumento do volume de consumo total da economia, uma vez que na sua ausência os processos que incrementavam a participação dos lucros na renda nacional teriam efeitos ainda mais deletérios sobre o nível de consumo.

Desta forma, as intensas transformações sócio-econômicas promoveram o grande crescimento da classe operária e das classes médias urbanas, ao mesmo tempo em que fortaleciam a burguesia industrial. Assim, a política reestruturou as formas econômicas subdesenvolvidas; é possível, no entanto, ir além e argumentar que, ao mesmo tempo, esta reestruturação reforçou as demandas por medidas de caráter nacional-desenvolvimentista, uma vez que os citados segmentos sociais se fortaleciam através de tais medidas, o que os levava a lutar mais intensamente para que elas fossem implementadas.

Noutras palavras, a base econômica e a luta político-ideológica se alimentavam mutuamente em torno das medidas nacional-desenvolvimentistas, fortalecendo-as e levando a burguesia industrial a assumir uma posição de poder econômico cada vez maior, força que estava longe de possuir em 1930, momento no qual começaram as mudanças que iriam levá-la a ter grande poderio. Nesse sentido, as instituições de caráter corporativista, implantadas durante o Estado Novo, propiciaram à burguesia nacional maior espaço dentro do aparato estatal e maior capacidade para se organizar e levar seus interesses ao conjunto da sociedade (FONSECA, 1987).

O crescimento da classe operária e das classes médias ocorreu paralelamente à busca de seu apoio político pelos governos, notadamente sob as presidências de Getúlio Vargas e de João Goulart. A incorporação desses segmentos sociais à política deu-se através da tutela estatal, materializada nas instituições corporativas criadas no Estado Novo e assegurada pela relativa eficácia dos discursos populistas, já que a promessa de inclusão social tornava-se plausível devido ao crescimento da renda e do emprego.

Apesar desses aspectos característicos do processo de desenvolvi-

[2] A referência remete aos itens que compõe Oliveira (2003a).

mento econômico-social, outras facetas de caráter contrário surgiram ou continuaram a se reproduzir. No âmbito do trabalho, os trabalhadores rurais e a grande maioria dos ocupados no terciário urbano não foram inseridos no novo estatuto do trabalho (a CLT), reproduzindo formas de exploração anteriores à fase monopolista do capitalismo, objeto de tratamento minucioso em Oliveira (2003a, II). Quando a crise econômica começou a aparecer em fins dos anos 50, um novo processo antidesenvolvimentista ocorreu: para combater a inflação, houve contenção dos reajustes salariais, embora ela nem sempre tenha sido efetiva, uma vez que o pacto populista dificultava a plena continuidade desta opção estatal.

A grande expansão monetária – necessária para viabilizar a incorporação de bens de capital e de insumos intermediários e expandir a infra-estrutura – impulsionou, e depois sancionou, a reprodução do processo inflacionário, o qual tende a estreitar o horizonte de cálculo empresarial e assim reduzir a atividade econômica. A incapacidade de realizar reformas fiscais e de arbitrar ganhos e perdas entre o empresariado em meio ao processo inflacionário – a incapacidade de as classes dominantes se abrirem para a política, conforme Oliveira (1999) – são aspectos que expressam uma outra espécie de subdesenvolvimento; a burguesia usufruía dos recursos públicos, mas contribuía muito menos do que o necessário para evitar o aparecimento de um déficit público elevado.

Cabe ressaltar que a reprodução do processo inflacionário não pode ser explicada apenas pelo enorme aumento da base monetária. Tavares (1981) afirmou que a desaceleração do crescimento (a partir de fins dos anos 50) expressava o esgotamento das reservas de mercado preexistentes, devido à substituição de importações de bens de consumo durável (ou seja, da exploração do potencial de consumo das classes de maior renda), e da complementaridade intersetorial entre os investimentos (entre setores produtores de bens de consumo durável, de bens de capital e de insumos intermediários), o que levou as empresas a aumentar os preços para frente ao menor crescimento das quantidades vendidas (já que aumentar o crédito ao consumo aumenta as suas necessidades de capital de giro), o que em muitos casos levou ao aumento da capacidade ociosa.

Esta crise cíclica ilustra um aspecto fundamental do subdesenvolvimento: a ausência de uma expansão significativa do consumo de massas – fruto do estatuto das relações capital-trabalho já discutidas – que pudesse continuar impulsionando os investimentos, o que fez com que o elevado volume de excedentes gerado anteriormente (apoiado não só na exploração do trabalho, aumentada pela introdução de novas tecnologias, como no protecionismo e no barateamento dos produtos das empresas estatais) superasse as oportunidades rentáveis de acumulação de capital.

Oliveira (2003a, IV) articula a crise econômica com a crise política do período pré-64 ao discutir que a crise inflacionária, ao resultar em perdas salariais expressivas, leva os trabalhadores a denunciarem o pacto populista, inclusive porque estas perdas são mais sentidas por ter havido um expressivo aumento do custo de reprodução da força de trabalho urbana, devido à incorporação de bens modernos à sua cesta de consumo.

Esta dimensão de crise tipicamente moderna alia-se à ascensão da luta dos excluídos – reforma de base (massas urbanas) e reforma agrária – para conformar um quadro de grave crise, o qual faz aparecer como problema outra faceta do nosso subdesenvolvimento: a insuficiência de moeda estrangeira para fazer frente às necessidades de valorização do capital aplicado internamente. A crise política exacerba os efeitos da crise econômica, levando à diminuição da entrada de investimentos e de empréstimos externos e, principalmente, ao aumento da demanda pela remessa de lucros das multinacionais, a maioria delas instalada no país há poucos anos.

“ Os discursos populistas propiciavam aumento das demandas dos excluídos às medidas de inclusão social... ”

A análise de Oliveira (2003a, IV) da crise econômica do período pré-64 permite caracterizar a política como elemento estruturante da crise econômica. Os discursos populistas e os próprios resultados sócio-econômicos (incluindo o aumento do grau de urbanização, o que incrementava o impacto desses discursos) propiciavam aumento das demandas dos excluídos às medidas de inclusão social, crescentemente expressas nas lutas pelas reformas de base e reforma agrária, incorporadas mais intensamente à dinâmica política no início dos anos 60[3]. Desta forma, as medidas nacional-desenvolvimentistas, fruto da dinâmica política iniciada em 1930, ensejaram transformações sócio-econômicas que, no contexto essa dinâmica, propiciaram condições para a ascensão da luta dos trabalhadores e dos excluídos, de difícil absorção sob a dinâmica política anterior.

Uma outra manifestação dessa espécie de relação entre política e economia refere-se a outra transformação sócio-econômica ocorrida neste período. A partir dos anos 40, a taxa de inflação anual esteve quase sempre acima dos dois dígitos[4] e tornou-se mais preocupante a partir de 1954[5], ano no qual o governo Getúlio Vargas decretou um aumen-

[3] Santos (1979) salienta que a crise política desse período se deve em grande medida às demandas por direitos dos segmentos sociais não contemplados na democracia regulada vigente sob o populismo.

[4] À exceção do biênio 1948/9 (4% ao ano) e de 1950 (9,4%), cf. Abreu (1990).

[5] A média do período de 1954/6 foi de 22% ao ano, seguida por 16% a.a entre 1957/8, 34% a. a. entre 1959/61 e 49, 73 e 92% ao ano nos três anos seguintes, conforme Abreu (1990).

to de 100% no salário mínimo, atendendo demandas de sindicatos que vinham fazendo muitas greves reivindicando reposição do poder de compra desde 1952 (Fonseca, 1987). As expressivas perdas salariais levaram os trabalhadores a questionarem a tutela estatal inerente ao populismo, obrigando os governos a fazerem concessões, as quais realimentavam o processo inflacionário e o próprio questionamento à tutela estatal.

Além disso, vimos a pouco que a política de grande expansão dos gastos públicos foi um fator inflacionário relevante; ela era indispensável ao desenvolvimento, mas o populismo dificultava muito o aumento das receitas fiscais, que poderia reduzir os impactos inflacionários dos gastos públicos. A questão inflacionária mobilizava os trabalhadores e acirrava os ânimos dos segmentos empresariais, conformando uma situação de tensão política que também se nutria das demandas dos excluídos. O quadro se torna ainda mais turbulento devido à exacerbação do caráter nacionalista do populismo, cujo momento de maior afirmação se deu na criação da Petrobrás em 1954; no momento da crise de 1963/64, uma grande mobilização social acabou levando o governo Goulart a propor uma lei para reduzir o volume das remessas de lucros, o que gerou forte oposição do capital estrangeiro.

Em suma, as características do populismo incrementaram os elementos de crise econômica e política do início dos anos 60. Levando em conta os compromissos assumidos com os trabalhadores, com as massas urbanas e agrárias e com os segmentos empresariais, o alto grau de conflitualidade ficou claramente expresso nas dificuldades em gerir as políticas salariais e os gastos públicos. As transformações sócio-econômicas ocorridas desde 1930 tendiam a fazer com que a temática desenvolvimentista caminhasse no sentido da redução das desigualdades, ao mesmo tempo em que a crise econômica aumentava a oposição do empresariado a esta direção. A mútua retroalimentação entre crise econômica e crise política produziu uma grave crise que foi "resolvida" pelo golpe militar de 1964.

2. O subdesenvolvimento a partir da redemocratização

Para discutir a situação atual, cabe iniciar retornando a 1985, quando o país reiniciava sua vida democrática. A inflação havia chegado a mais de 200% ao ano, impulsionada pelas duas máxi-desvalorizações cambiais (de 30%, em 1979 e em 1983) e reproduzida através da generalizada indexação da economia. Paralelamente, houve uma profunda transformação na atuação do Estado, cujo eixo deixou de ser o fomento à rápida industrialização, como vinha ocorrendo no Brasil desde 1930.

A partir de meados dos anos 70, a autonomização fiscal e monetária do Estado brasileiro transforma-se em seu contrário: ao invés de fomentar a acumulação de capital, os gastos públicos não comprometidos com a manutenção das instituições estatais são crescentemente destinados ao pagamento de encargos relativos à estatização das perdas privadas com a dívida externa e a honrar uma dívida pública interna plenamente indexada, administrada em curtíssimos prazos e sujeita a altos juros, justificados como instrumento de combate à inflação e de captação de recursos externos (TAVARES & ASSIS, 1985). Esta política viabilizou e estimulou estratégias empresariais defensivas – menores investimentos, maiores aplicações financeiras e aumento ou defesa das margens de lucro, condutas que tendiam a reproduzir a inflação e um baixo nível de crescimento econômico.

Do ponto de vista político, Oliveira (1995) ressaltou a instauração de uma crise de hegemonia. A capacidade de previsão do Estado evaporou-se, do ponto de vista fiscal devido ao grande aumento das dívidas externa e interna, do ângulo político devido à ascensão da luta democrática, impulsionada pelos sindicatos e pelos movimentos sociais, a qual colocou os anseios por mudanças sociais progressistas no plano principal da política, sem que as classes dominantes tivessem uma estratégia para enfrentá-los.

Às vésperas das eleições diretas de 1989, o quadro descrito acima estava agravado pelas sucessivas decepções com os planos de combate à inflação, iniciadas com o fracasso do Plano Cruzado em 1986/87. Oliveira (1992) avaliou que a situação assumia o caráter de "à beira do abismo" face à crise econômica (elevada inflação e baixo crescimento), o que, aliado ao descrédito do sistema político e à profunda crise das instituições estatais, teria caracterizado a Nova República como um total descalabro.

A situação de profunda crise econômica e política dificultou em muito a capacidade de agregação de interesses dos partidos, à exceção da candidatura Lula do PT, que possuía condições para postular a agregação dos interesses das classes trabalhadoras. No entanto, como nem mesmo os cinqüenta anos de crescimento (1930-80) foram capazes de produzir uma ampla formalização, logo sindicalização, da classe trabalhadora, a maioria dos eleitores não integrava os movimentos sociais organizados; no quadro de ampla crise já discutido, tendeu a prevalecer o anseio de que um messias – um salvador da pátria situado fora do sistema político tão desacreditado – viesse a derrotar o dragão inflacionário e por ordem no Estado tão debilitado. Esse anseio levou Collor à presidência da república pois, diante da candidatura Lula, grande parte dos segmentos empresariais e dos setores conservadores se uniu, transformando a eleição numa espécie de luta de classes.

A análise da situação brasileira à época da eleição de Collor parece fundamental para a compreensão do momento atual, uma vez que a situação caracterizada como "à beira do abismo" – fruto de uma profunda crise sócio-econômica e política – parece ter se prolongado até 1994, levando em conta o fracasso do Plano e do governo Collor, tão vorazmente autoritário e corrupto.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 nutre-se em boa medida dos anseios por estabi-

lidade econômica e ordem discutidos acima. Embora o governo Collor tenha tomado medidas de caráter neoliberal (privatizações e abertura comercial e financeira com o exterior), FHC levou-as muito mais adiante entre 1994 e 2002.

O grande apoio empresarial ao governo pareceu demonstrar que FHC foi considerado o *condottiere* ideal para implementar tais reformas. Sua atuação no Ministério da Fazenda de Itamar Franco, assessorado por quadros técnicos muito respeitados pelo empresariado, como Pedro Malan, Pérsio Arida e André Lara Resende, tornou plausível vislumbrar um novo modo de acumulação no Brasil, que adviria das seguintes mudanças: queda da inflação, rearticulação do país à circulação internacional de capitais, privatização e desregulamentação da economia, perspectiva de realizar a riqueza privada encapsulada na dívida pública (apesar dos juros elevados) e uma reforma do Estado capaz de reduzir e/ou privatizar os gastos sociais, visando afastar a ameaça distributivista fortalecida nos anos 80.

Apesar de tais processos articularem o país com as formas mais contemporâneas do capitalismo – processos de reestruturação tecno-produtiva, de internacionalização e de financeirização da economia, sua contrapartida foi uma profunda redução da já precária autonomia nacional, já que a acumulação visa majoritariamente ao mercado interno, mas passa a depender mais fortemente de recursos externos. Avançaram rapidamente as importações (o eixo do Plano Real era a âncora cambial, que assegura a baixa inflação), a desnacionalização da propriedade do capital (além da privatização, as empresas nacionais estavam vulneráveis, logo baratas, aos olhos dos capitais internacionais), a dívida externa (dados os baixos juros internacionais e a citada âncora, que barateou o dólar frente ao real) e a liberdade de movimento para os capitais especulativos (uma estratégia para financiar o déficit externo), com uma agravante mais radical: a liberalização da circulação financeira tornou internacionalizável toda a riqueza situada no país.

Apesar da precariedade e da baixíssima remuneração do trabalho já estarem plenamente estatuídas em nossa sociedade – a mais permanente faceta do nosso subdesenvolvimento, o governo FHC também procurou contribuir para o seu aprofundamento. Embora não tenha reformulado a CLT como parecia pretender, em 1995 o governo FHC arquitetou uma verdadeira operação de guerra midiática no episódio da greve dos petroleiros (Rizek, 1998), para deixar bem clara sua política para com os sindicatos das empresas estatais e do funcionalismo público.

A forte concorrência das importações e o baixo crescimento vigente a partir de 1996 constituíram-se em ameaças à rentabilidade das empresas, levando-as a acelerar a busca por redução de custos através do aumento das importações de bens de capital e de matérias-primas (modernização produtiva incentivada pelo dólar barateado). Considerando ainda o aumento da concentração do capital – grandes empresas buscaram adquirir empresas cuja taxa de lucro potencial tornasse rentável sua compra, a resultante foi a ampliação do exército de reserva, possibilitado às empresas intensificarem a redução de salários e a precarização do trabalho, fragilizando ainda mais os sindicatos.

Tais processos exacerbam o subdesenvolvimento, uma vez que as estratégias empresariais incrementam o excedente potencial, mas simultaneamente acarretam pequena expansão da massa salarial, fruto também do fato de a economia ter crescido pouco (5% ao ano em 1994/95, 2% entre 1996 e 2000) e do baixo nível de consumo resultante dos parcos recursos aportados às políticas sociais.

A redução da inflação e a liberalização com plena internacionalização da circulação financeira fazem com que o grande aumento da dívida pública, que desde os anos 80 já não significava uma autonomia estatal, passasse a expressar algo ainda mais crítico: a subordinação do Estado à necessidade de evitar uma grande desvalorização cambial, causadora de aumento da inflação e de perdas aos segmentos importadores e endividados, além de reduzir o valor dos investimentos externos expressos na moeda relevante (o dólar). Incrementando seus lucros através de juros altos e de ganhos com recursos externos (captando externamente a juros baixos e aplicando nos títulos públicos, ganhando inclusive com a variação cambial), os grandes capitais passaram a obter apoio estatal até para a própria participação nas privatizações (empréstimos do BNDES, aportes dos fundos de pensão e plena indexação dos preços nos contratos de concessão).

A partir de 1999, a desvalorização cambial, desencadeada pelas crises internacionais que aumentaram acentuadamente o risco dos capitais financeiros numa economia de vulnerabilidade externa tão exacerbada como brasileira, levou os governos a cederam ao "mercado" quando este passou a exigir superávits fiscais primários para evitar um aumento ainda maior da dívida pública e assim não deixar o país, o que levaria a uma maior desvalorização cambial. O baixo nível de atividade econômica, combinado ao rápido crescimento do endividamento interno e externo, fez com que as exigências do mercado constituíssem o que Oliveira (2006) chamou de autonomização do mercado, cujo sentido fica ainda mais claro com a expressão absolutização do mercado, também citada no texto, que significa uma quase total imprevisibilidade para a acumulação do capital e, simultaneamente, para a administração das contas públicas.

3. Perspectivas atuais de superação do subdesenvolvimento

A conjunção entre as políticas de âncora cambial, de privatização, de reforma previdenciária, de contenção dos gastos públicos não-financeiros e de enfrentamento ao sindicalismo do setor público (incluindo as empresas estatais) produziu transformações sócio-econômicas que reestruturaram profundamente as

> *“A internacionalização produtiva e financeira da economia resultou em uma grande desnacionalização da propriedade do capital das empresas...”*

formas econômicas subdesenvolvidas, transformações que, por sua vez, provocaram alterações no poderio dos diversos segmentos empresariais, logo na sua capacidade de influência política. Cabe salientar que o governo Lula, ao manter as linhas básicas da política macroeconômica, não reverteu tais transformações e tampouco promoveu mudanças significativas no quadro descrito na seção anterior.

A internacionalização produtiva e financeira da economia resultou em uma grande desnacionalização da propriedade do capital das empresas, debilitando o poderio da burguesia nacional, logo sua capacidade de influir na regulação da própria internacionalização citada, a principal fonte de instabilidade da economia. Ao mesmo tempo, o aumento do poderio das empresas transnacionais incrementa sua força em influenciar a continuidade ou até o aprofundamento da citada internacionalização, conforme os interesses de cada empresa. Além disso, tais empresas preferem negociar seus interesses diretamente junto às instâncias estatais, o que tende a enfraquecer a possibilidade de formulação de políticas de âmbito mais geral que possam resultar em maior crescimento econômico, competitividade ou desenvolvimento tecnológico.

Por outro lado, a internacionalização financeira da economia tem proporcionado grandes rendimentos para os capitais financeiros, ou seja, para instituições financeiras e empresas de outros setores capazes de mobilizar vultosas quantias através dos circuitos financeiros. Essas instituições se beneficiam dos altos juros vigentes internamente (ainda mais quando possuem capacidade de captar recursos externos a juros baixos e quando houve valorização da moeda nacional – o real, que diminuía o custo em reais dos dólares captados no exterior), além dos ganhos nas bolsas de valores e nas operações especulativas (futuros e opções), estas tanto mais intensas quanto maior a instabilidade financeira e cambial da economia (pois aumentam as entidades querendo proteção – *hedge* – ou vislumbrando maiores ganhos especulativos), como tem sido o caso brasileiro.

Além disso, a disponibilidade de recursos financeiros no mundo (que também provocou substancial aumento das cotações nas bolsas de valores e de futuros) tem propiciado a venda do controle acionário ou de parte significativa do capital de empresas nacionais, proporcionando rendas a muitos empresários nacionais (que podem incrementá-las no contexto das oportunidades financeiras mencionadas).

Por outro lado, as empresas endividadas foram prejudicadas pela política adotada pelo governo FHC. O aumento da internacionalização produtiva tem proporcionado principalmente as importações de bens de capital e insumos a custos rebaixados enquanto o real estivesse valorizado, embora, por esse mesmo motivo, as importações prejudicassem diversos setores e as exportações nacionais fossem desestimuladas.

Essas transformações no poderio dos diversos setores e empresas implicam diferentes capacidades de influenciar as decisões do Estado. Enquanto a política estatal estiver pautada pela ampla liberdade de circulação financeira dos capitais, medidas que contrariem uma parcela dos agentes com significativo poderio financeiro poderão resultar em crises cambiais ou financeiras gravíssimas, caso tais agentes resolvam se desfazer da moeda nacional ou dos títulos públicos, em troca de moeda estrangeira ou de outros ativos financeiros. Por outro lado, o poderio dos agentes que sofrem com a elevada taxa de juros diminuiu ao longo do tempo, inclusive quanto à geração de emprego e renda, o que facilita a manutenção dessa política monetária. Cabe salientar ainda que o segmento empresarial mais interessado na retomada do crescimento do mercado interno e, provavelmente, o menos beneficiado (ou mais prejudicado) pela internacionalização produtiva e financeira da economia, é o empresariado nacional, cujo faturamento depende menos das exportações e é, por outro lado, muito pressionado pelas importações. Debilitado economicamente e distante de outros segmentos sociais interessado nessa retomada (como trabalhadores e parcelas das classes médias), lideranças do empresariado nacional tem proferido alguns discursos de teor desenvolvimentista cuja repercussão tem sido muito fraca junto àqueles segmentos e à opinião pública.

Os trabalhadores foram bastante afetados pela política adotada pelo governo FHC, já que o aumento da internacionalização produtiva através da âncora cambial aumentou as importações e impediu o aumento das exportações, além de ter obrigado maior aceleração da reestruturação produtiva das empresas sujeitas a tivessem maior competição das importações e propiciado tal reestruturação a empresas interessadas apenas na redução de custos. Tais processos aumentaram as taxas de desemprego e de subemprego, reduziram os empregos formais e rebaixaram os salários.

Oliveira (2003b) acrescentou um efeito perverso decorrente das novas tecnologias: aproveitando-se do contexto de ampla flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro (baixa formalização do emprego e alto índice de rotatividade da mão-de-obra), as empresas estão estendendo a contratação de trabalho por tempo parcial ou determinado também aos setores “modernos”. Na medida em que as novas tecnologias permitem uma elevadíssima produtividade do trabalho, sua aplicação resulta em um grande contingente de trabalhadores qualificados inseridos no exército de reserva (desem-

pregados ou subempregados) e possibilita o aumento das citadas formas de contratação. Em consequência, tem sido reduzida a abrangência da forma salário, o que reduz os custos das empresas e lhes proporciona ainda maior poder frente aos trabalhadores, num círculo vicioso que agrava cada vez mais a situação dos trabalhadores.

Este forte debilitamento do poder econômico dos trabalhadores é, provavelmente, uma das principais causas das novas condutas assumidas por lideranças sindicais que, desde os anos 80, vem buscando conquistar espaços para participar de discussões que afetem os interesses dos trabalhadores. Nesta mesma direção, as políticas neoliberais, ao se pautarem pela contenção dos gastos públicos, têm enfraquecido os movimentos sociais e fazendo com que suas entidades sejam instadas a participar da implementação dos programas sociais, sob pena de pouco poderem fazer para minorar as carências da população.

Ocorre que os programas sociais têm se focalizado cada vez mais na pobreza e na redução das desigualdades de oportunidades de um lado, e na filantropia empresarial e ações voluntárias de outro, o que pode estar ampliando processos de consolidação de uma nova subjetividade assentada no paradigma da dádiva – não dos direitos, da ação focalizada – não abrangente, das medidas provisórias (ou emergenciais) – não estáveis, das técnicas gestionárias (gestão eficiente e eficaz) – não participativas. Seu avanço pode estar produzindo uma progressiva hegemonia de concepções pautadas pela naturalização da pobreza e da desigualdade, ou seja, pela desresponsabilização do Estado e da sociedade para com a eliminação da iniqüidade social brasileira. As técnicas gestionárias que caracterizam tais políticas praticamente inviabilizam a contestação do seu caráter, ao mesmo tempo em que abrem espaço para que parte de suas lideranças mude suas posturas, a ponto de se transformarem em segmentos especializados na intermediação de fundos públicos, o que levou Oliveira (2006) a denominá-los como novas classes sociais, cuja atuação tende a incrementar a despolitização no tratamento dessas questões.

Desta forma, ao contrário do que ocorreu no período 1930-64, as intensas transformações sócio-econômicas iniciadas em 1994 promoveram um grande enfraquecimento dos trabalhadores e da burguesia nacional, reduzindo portanto sua capacidade política de lutar por medidas de caráter desenvolvimentista. Além disso, o foco das políticas sociais está concentrado na população mais carente, em sua maioria pouco organizada politicamente, e isto tende a tornar hegemônicas as concepções pautadas pela naturalização da pobreza e da desigualdade. As entidades sindicais e os movimentos sociais, os segmentos que mais seriam capazes de lutar por aquelas medidas, sofrem assim uma grande despotencialização política, por estarem sujeitos à coerção das necessidades e instados a aderir aos programas sociais de caráter completamente diverso.

Por outro lado, os segmentos empresariais, cada vez menos atuantes na esfera política, tratam de seus interesses diretamente junto a Estado (caso dos mais poderosos) ou buscam sobreviver aos percalços da economia (caso dos pouco poderosos), ao mesmo tempo em que se engajam nas práticas de responsabilidade social. As questões políticas que os unificam estão inseridas no ideário neoliberal, como a redução dos custos fiscais e trabalhistas, de direção antagônica à perspectiva do desenvolvimento. Desta maneira, as transformações na base econômica e a luta político-ideológica se alimentam mutuamente no sentido contrário àquele que apontaria para a superação do subdesenvolvimento, inclusive – talvez principalmente – porque elas fortalecem as frações burguesas mais interessadas nas lógicas financeirizantes e internacionalistas predominantes no país.

Será que a pauta desenvolvimentista foi varrida do mapa político? Nesse momento, o horizonte parece cada vez mais sombrio; o ornitorrinco se desenvolve, cada vez mais acirrando a oposição entre modernidade e desigualdade social.

Bibliografia

ABREU, Marcelo Paiva (org.) (1990) – **A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana.** Rio de Janeiro: Campus.

FONSECA, Pedro C. D. (1987) – **Vargas: o discurso em perspectiva e o capitalismo em construção.** Tese de Doutoramento FEA/USP, São Paulo: mimeo.

OLIVEIRA, Francisco de (1992) – **A falsificação da ira.** Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1995) – "*Quem tem medo da governabilidade*?". In: **Novos Estudos Cebrap**, n° 41, março.

_____ (1999) – "*Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*". In: OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia (orgs) – **O sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global,** Petropólis, RJ: Vozes.

_____ (2003a) – "*Crítica à razão dualista*". In: **Crítica à razão dualista – o Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo.

_____ (2003b) – "O *Ornitorrinco*". In: **Crítica à razão dualista – o Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo.

_____ (2006) – "*Política numa era de indeterminação*". In: RIZEK, Cibele S & OLIVEIRA, Francisco de (orgs.) – **A era da indeterminação**, São Paulo: Boitempo Editorial (no prelo).

RIZEK, Cibele S. (1998)– "*A greve dos petroleiros*". In: **Praga, estudos marxistas**, n° 6, setembro, São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Wanderley G. (1979) – **Cidadania e justiça: A política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus.

TAVARES, Maria da Conceição (1981) – "*Além da Estagnação*". In: TAVARES, M. C. – **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Nona edição.

TAVARES, Maria da Conceição & ASSIS, José C. (1985) – **O grande salto para o caos: A economia política e a política econômica do regime autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL
O primeiro da sua categoria no Estado da Bahia